LUIZ CAMPOS: DO JORNALISMO PARA AS DISPUTAS POLÍTICAS[1]

Roberta Kelly Santos Maia Pontes[*]

RESUMO

Neste artigo pretendemos traçar um perfil social do jornalista Luiz Campos. A ideia é cartografar suas relações políticas e sociais, bem como suas relações de amizade e conflito com outros nomes que compunham o cenário político de Fortaleza e do Ceará. Analisaremos, assim, a formação do PSD no Ceará, partido do qual o jornalista fazia parte, bem como refletiremos sobre a relação de Luiz Campos com Carlos Jereissati e com Armando Falcão. Além disso, traçaremos o percurso feito pelo jornalista até chegar ao seu primeiro cargo político, na Caixa Econômica Federal, que deu impulso para Luiz Campos concorrer à eleição para vice-prefeito de Fortaleza em 1962.

Palavras-chave: Luiz Campos, Armando Falcão, Carlos Jereissati, Política, Fortaleza.

ABSTRACT

This article aims to outline a social profile of journalist Luiz Campos. The idea is to map out their political and social relationships, as well as their relations of friendships and conflict with other names that made up the political scene in Fortaleza and Ceará. Analyze, thus the formation of the PSD in Ceará, the party which was part of the journalist, as well as reflect on the Luiz Campos relationship with Carlos Jereissati and Armando Falcão. In addition, we will trace the route taken by journalists to get to his first political office, in Caixa Econômica Federal, which gave impetus to Luiz Campos for election to deputy mayor of Fortaleza in 1962.

Key-words: Luiz Campos, Armando Falcão, Carlos Jereissati, Politic, Fortaleza.

---

[1] O artigo é fruto da dissertação intitulada "A Cidade do Jornalista: Da Fortaleza representada nos jornais à administração da Capital por Luiz Queiroz Campos". Orientador: Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso. Agência Financiadora: FUNCAP.

[*] Mestra em História pela Universidade Estadual do Ceará. Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará e em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: robertakellysm@yahoo.com.br

Novos partidos no Brasil e no Ceará

Em 1945 terminava o obscuro período da ditadura de Getúlio Vargas. O Estado Novo, como ficou conhecido o período de fechamento da política brasileira que vai de 1937 a 1945, chegava ao fim. Com o Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, Getúlio Vargas apresentava o novo Código Eleitoral. Ficava, assim, estabelecida a possibilidade de criação de partidos[1] obrigatoriamente nacionais, rompendo com o regionalismo que reinava até então.

Desta forma, os grupos foram se juntando, de acordo com os seus interesses, e os partidos[2] sendo registrados. Nacionalmente, em 07 de abril de 1945, funda-se a União Democrática Nacional, UDN, composta pelas forças contrárias à ditadura varguista.

O Partido Social Democrático, PSD, é fundado em 17 de julho de 1945, sob o comando dos interventores estaduais, nomeados por Getúlio Vargas. Em seu programa, o partido era favorável a uma legislação trabalhista e à intervenção do Estado na economia.

Também identificado com o que pregava Getúlio Vargas, foi fundado por ele e por seu Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes, em 15 de maio de 1945, o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB. Este tinha como base eleitoral o operariado urbano e possuía uma forte ligação com os sindicatos[3].

No âmbito nacional, formou-se um quadro de getulistas versus antigetulistas. Para o cientista político Bolívar Lamounier, o PSD constituía o lado conservador deste getulismo, uma vez que contava com representações da "alta burocracia", como os interventores estaduais e administradores municipais, que haviam servido ao Estado Novo. Muitas destas lideranças eram vinculadas aos grandes proprietários de terra e comerciantes, que ainda tinham o poder de controlar grande parte do eleitorado pobre das áreas rurais.

Já ao PTB, para o mesmo cientista político, caberia a posição de articulador das ideias getulistas com os segmentos sindicais, levantando a bandeira das conquistas da Consolidação das Leis do Trabalho[4] (CLT). Tinha também a intenção de angariar apoio entre os industriais, enriquecidos durante o Estado Novo, que, segundo Lamounier "viam com bons olhos o figurino da industrialização autárquica, protegida e subsidiada pelo governo" (LAMOUNIER, 2005, p.124).

A UDN aparecia, por fim, como a oposição liberal ao Estado Novo. Para o cientista político, o partido antigetulista diferenciava-se do PSD e do PTB principalmente pelo fato de

ser formado por uma "classe média elitista" e que se recusava a um processo de redução de distâncias sociais. Era também caracterizada pela crítica à relação entre o Estado e a iniciativa empresarial.

Segundo Abelardo Montenegro, em 09 de junho de 1945 teria sido reinstalado em Fortaleza o Tribunal Regional Eleitoral. No Ceará foram fundados, como era obrigatório por Lei, todos estes partidos e mais alguns de menor expressão. Em 03 de outubro de 1945, Menezes Pimentel, então interventor, solicitou ao Tribunal o registro da Comissão Executiva Estadual do Partido Social Democrático. A UDN apresentou seu pedido de registro no TRE cearense em 12 de novembro de 1945, tendo como presidente Manuel do Nascimento Fernandes Távora[5].

O PTB no Ceará, representado por Vital Félix de Souza[6], somente pediu registro ao Tribunal em 24 de novembro de 1946. Outros partidos também continuavam aparecendo no cenário político cearense. Em 1947, é fundado por Geraldo Carlos Lemos[7] o Partido Socialista Brasileiro, PSB. Acrísio Moreira da Rocha, que havia sido Interventor Estadual, funda, também em 1947, o Partido Republicano, PR, no Ceará. No mesmo ano, funda-se o Partido Trabalhista Nacional, por Pedro Augusto de Araújo Sampaio[8].

Com os partidos políticos montados, de acordo com seus interesses e expectativas para o novo período democrático, logo começam a surgir os conflitos e as alianças partidárias. Por isso, que, ao trabalharmos com política, somos levados a pensar nas ideias dos estudiosos que se preocupam com uma nova percepção da história política, refletindo sobre este tema a partir da noção de "cultura política", a qual entendem por

> um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. Pode-se concebê-la como uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que aí ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento da sua história. (BERSTEIN. In AZEVEDO, 2009, p. 31)[9]

Aqui, fica evidente que não é apenas a partir da formação dos partidos políticos que serão esclarecidos os interesses de cada grupo de associados. Na verdade, é algo superior, que permeia os diversos meandros de várias destas instituições, que as interligam ou as distanciam, a partir de uma cultura na qual foram forjadas.

Assim, é com esta visão global de mundo, do lugar do homem neste mundo e dos problemas oriundos ao poder, que os grupos passam a partilhar interesses e aspirações.

As associações políticas entre partidos no Ceará ocorreram de diversas formas, sejam elas ligadas a interesses intelectuais, econômicos ou libertários. Entretanto, é interessante perceber que sempre há nestas disputas um componente personalista, de personagens que têm um maior poder de articulação dentro dos partidos, bem como do cenário político nacional e vão forjando situações que os ajudem a galgar os caminhos desejados.

Poucos dias após o registro do PSD cearense, em 26 de outubro de 1945, o Interventor Menezes Pimentel, fundador do partido e obediente aos ditames do Presidente Getúlio Vargas[10], é substituído por Beni Carvalho.

A substituição, segundo Aroldo Mota, teria se dado por uma disputa política entre Menezes Pimentel e Olavo Oliveira. O último havia sido incumbido da formação do PSD no Ceará pelo presidente Getúlio Vargas, mas tinha perdido o controle para o grupo de Menezes Pimentel e acabou contentando-se com a fundação do PPS.

O interventor indicado apoiava a candidatura da UDN à presidência e mantinha forte relação com Olavo Oliveira, que em 1946, transformaria o PPS em Partido Social Progressista, PSP. Assim, com a força política de Olavo Oliveira junto com a UDN, o PSD perdeu espaço no pleito de 1945, quando foram eleitos senadores Plínio Pompeu, da UDN, e o próprio Olavo Oliveira.

Mesmo com o apoio do General Eurico Gaspar Dutra, que havia sido eleito presidente, e indicado interventores ligados ao PSD para o Ceará, como o jovem Acrísio Moreira da Rocha (que ainda não havia fundado o PR) e Pedro Firmeza, o partido, no pleito de 1947, não conseguiria eleger seu candidato, Onofre Muniz, sendo o vencedor das eleições o udenista Faustino de Albuquerque.

O governo Faustino de Albuquerque não agrada às expectativas do Senador Olavo Oliveira que, no pleito de 1950, se une ao desafeto PSD para concorrer aos cargos mais elevados do Estado.

Desta forma, é nesta eleição que começa a se firmar, ainda com mais força, a oposição entre PSD e UDN no Ceará. A Coligação PSD-PSP-PR consegue eleger o Senador, General Onofre Muniz, o Governador, Raul Barbosa, o Vice-Governador, Stênio Gomes da Silva, além de nove deputados federais e 23 deputados estaduais.

A disputa entre estes grupos aumenta ainda mais o fôlego no pleito de 1954, quando novas lideranças também ganham força no cenário político cearense, como os deputados Virgílio Távora[11], da UDN, Armando Falcão, do PSD, e Carlos Jereissati, do PTB.

Diferente do que ocorria no restante do país, quando os getulistas, ligados ao PSD e ao PTB se uniam, no Ceará os representantes do PTB coligavam-se com a UDN e o PSD continuava contando com o apoio do PSP. São eleitos neste pleito para Senador: Manuel do Nascimento Fernandes Távora e José Parsifal Barroso, representando as oposições coligadas (UDN, PTB e PR), e Governador: Paulo Sarasate Ferreira Lopes, também das oposições coligadas (tendo vencido a Armando Falcão por uma vantagem de menos de 10 mil votos e com suspeitas de fraudes na eleição).

Além disso, foram eleitos para Deputado Federal, com o maior número de votos, Virgílio Távora e Carlos Jereissati, respectivamente. Registre-se ainda a volta de Acrísio Moreira da Rocha, do PR, à Prefeitura de Fortaleza. Assim, percebe-se a força que a aliança UDN-PTB-PR tinha ganho em Fortaleza e no estado do Ceará, mexendo com as expectativas dos pessedistas, que saíram em desvantagem desta eleição.

É, então, a partir deste período que dois personagens ganham impulso na política cearense e protagonizam um embate, através de jornais e discursos, e vão polarizando seus apoiadores. Armando Falcão e Carlos Jereissati vão travar uma disputa por atenção que marca a década de 1950. É neste ponto que o jornalista Luiz Campos vai tomar partido e se envolver também neste conflito.

Armando Falcão e Carlos Jereissati

O Deputado Federal Armando Ribeiro Falcão[12] nasceu em Fortaleza em 11 de outubro de 1919. Em 1938, o jovem vai estudar no Rio de Janeiro. Ali, ingressa no Colégio Universitário e, depois, na Faculdade de Direito. Ainda no ano de 1938, seu nome já figurava entre os cearenses de relevo que viviam na Capital brasileira:

> Armando Falcão tem dado sobejas provas do seu valor intelectual, salientando-se sempre entre seus colegas da Universidade. Daí, ser considerado como uma bela esperança das letras nacionais. (...) Este moço estudioso, que presentemente exerce sua atividade no Ministério do Trabalho, no Rio, está fadado a um brilhante futuro. (ALBUQUERQUE, 1938, p. 181).

É na cidade do Rio de Janeiro que Armando Falcão começa a delinear sua carreira política. Recebe seu diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1945. Torna-se, então, líder político do PSD no Ceará, sendo eleito Deputado Federal, pela primeira vez, no pleito de 3 de outubro de 1950. Segundo Aroldo Mota "três deputados eleitos pelo PSD para a Câmara Federal foram acusados de investirem muito dinheiro no resultado de suas eleições: Armando Falcão, Antônio Horácio Pereira e Adolfo Gentil" (MOTA, 1985, p. 49).

A partir daí, sua carreira somente é alavancada. Foi Ministro da Justiça no Governo de Juscelino Kubitscheck, ocupando também a pasta das Relações Exteriores. Depois de coordenar o Programa de Assistência às vítimas de inundações no Nordeste, foi nomeado Ministro Interino da Saúde. Foi peça chave durante os arranjos políticos para o golpe militar de 1964.

No Governo de Ernesto Geisel, volta a ser Ministro da Justiça e é responsável pela implantação da chamada Lei Falcão, que permitia o acesso gratuito dos partidos políticos ao rádio e à televisão. No entanto, a Lei previa várias restrições sobre o que o candidato podia falar, de modo que fossem evitados ataques ao regime militar. Dentre seus feitos, também encontra-se a criação do estado do Mato Grosso do Sul e a reunificação do Estado do Rio de Janeiro. Armando Falcão falece em 2010, aos 90 anos.

Já o seu oponente, Deputado Carlos Jeireissati[13], entrou para os quadros da política por outros caminhos. Nascido em 2 de dezembro de 1916, era filho do comerciante libanês Aziz Kalil Jereissati. Após o falecimento de seu pai, assumiu os negócios da família, mudando o nome da firma para Carlos Jereissati & Cia., ampliando as atividades empresariais, avançando pelos setores industriais, agrícolas e imobiliários.

Estendeu a atuação de sua empresa por outros estados brasileiros, principalmente São Paulo, atingindo projeção nacional nos negócios de metalurgia, hotéis e *shoppings centers*. Foi diretor do Centro Comercial e do Centro dos Importadores de Fortaleza.

O comerciante ingressa na política no ano de 1949, como presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro. Filiado, no Ceará, ao político Edgar de Arruda, da UDN, a quem Getúlio Vargas tentou, frustradamente, colocar no cargo de Governador, nos anos de 1935 e 1950, Carlos Jereissati, segundo Josênio Parente, havia caído nas graças do Presidente Vargas:

> Carlos Jereissati era um empreendedor econômico aliado com a política, um personagem que, de certa forma, enquadrou-se no modelo de liderança elaborada pelo nacional-desenvolvimentismo[14]. Assim, ele caiu nas graças de Getúlio Vargas e João Goulart, presidente do PTB nacional, estimulando uma liderança mais moderna na região. (PARENTE, 2000, p. 121)

Entretanto, a fortuna que Carlos Jereissati angariou com seus negócios foi fruto, segundo estudiosos da política cearense, da sua influência política. Como explica Josênio Parente, na década de 1950 estava em curso o modelo de substituição de importações[15], levando Carlos Jereissati a tornar-se o maior importador brasileiro de tecidos de linho, lã e casemira, em grande maioria, provenientes da Inglaterra.

Carlos Jereissati, pelo PTB, é eleito Deputado Federal do Ceará, em 1954 e em 1958. Na eleição de 1962, consegue eleger-se Senador. Porém, sua carreira, em ascensão, é bruscamente interrompida no ano de 1963, quando falece no Rio de Janeiro, vitimado por um infarto fulminante.

Armando Falcão e as acusações a Jereissati

As rixas entre os Deputados Armando Falcão e Carlos Jereissati tomam força a partir dos primeiros meses de 1954. Segundo afirma o historiador Altemar Muniz (2007), esse conflito teria iniciado com a recusa do comerciante de financiar a campanha para a reeleição de Armando Falcão a Deputado Federal, em 1954.

Entretanto, no livro que compila todos os pronunciamentos de Armando Falcão com a finalidade de expor os crimes que ele julgava que Carlos Jereissati havia cometido, o Deputado apresenta um requerimento proposto à Mesa da Câmara Federal dos Deputados, em 25 de novembro de 1953, que, segundo ele, abriu caminho para as investigações sobre Carlos Jereissati. No requerimento, Armando Falcão diz:

> Considerando que a CARTEIRA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO ("CEXIM")[16], que funciona no Banco do Brasil S/A, é uma entidade de direito público, a quem expressamente o Governo Federal delega poderes;
>
> Considerando que, em consequência, a "CEXIM" está sujeita à fiscalização do Congresso Nacional;
>
> Considerando que, há alguns meses passados, gravíssimas irregularidades foram descobertas na CARTEIRA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO do Banco do Brasil S/A – Agência em Fortaleza, Estado do Ceará;

Considerando que tais irregularidades consistiram na falsificação de "licenças de importação" por meio das quais altos comerciantes de Fortaleza desonestamente conseguiram trazer do estrangeiro vultosas quantidades de mercadorias diversas;

Considerando que foi possível comprovar insofismável delito por via de inquéritos sob a chefia dos srs. Francisco P. Alencar Jaguaribe, inspetor do Banco do Brasil S/A, e Luiz Sucupira, inspetor da Alfândega de Fortaleza;

Considerando que, até agora, só se conhece parte dos resultados dos inquéritos, estando a opinião pública cearense vivamente interessada em inteirar-se, na plenitude de sua extensão, de toda a verdade dos fatos;

Considerando que é dever do mandatário da Nação ir ao encontro das legítimas pretensões do povo;

Considerando o disposto na Constituição da República, na Lei de Responsabilidade e no Regimento Interno da Câmara dos Deputados,

REQUEIRO oficie a Mesa da Câmara ao Ministro do Estado da Fazenda solicitando nos informes Sua Excelência dentro dos prazos legais:

1 -) Quais os nomes e domicílios de todas as pessoas e firmas comerciais cuja responsabilidade direta ou indireta se tenha apurado no caso da falsificação de "licenças de importação" ocorrida na CARTEIRA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO do Banco do Brasil S/A, Agência em Fortaleza – Ceará, que motivou os inquéritos realizados sob chefia dos srs. Francisco P. Alencar Jaguaribe, inspetor do banco citado, e Luiz Sucupira, inspetor da Alfândega de Fortaleza;

2 -) Qual a específica participação que cada uma dessas pessoas e firmas comerciais teve no caso em apreço;

3 -) Quais providências adotadas pelas autoridades competentes em relação aos culpados face ao preceituado na legislação civil e criminal que rege a espécie.

O Ministro da Fazenda nos deverá enviar outrossim cópias completas de todas as peças dos inquéritos acima mencionados.

Câmara dos Deputados,

em 23 de novembro de 1953

Armando Falcão 17

O pedido de informações apresentado por Armando Falcão não cita os nomes dos responsáveis pelo fraudulento processo de licenças de importação. Entretanto, segundo as denúncias que fazia o Deputado, duas empresas do ramo de tecidos, a Bonaparte Maia[18] e a Jereissati, do Sr. Carlos Jereissati, é que seriam as responsáveis por haver fraudado tais licenças, utilizadas para a importação de tecidos para roupas masculinas. Deste modo, afirmava o Deputado Falcão que cerca de 90% destes produtos haviam entrado no país à custa de licenças falsificadas. Com isso, estes empresários teriam ganho bastante dinheiro.

Como salientado acima, no ano de 1954, este embate vai tomar corpo. Logo em fevereiro, Armando Falcão faz áspera denúncia sobre Carlos Jereissati na Câmara Federal:

> Carlos Jereissati, indivíduo que no Ceará se dizia influente e ? cometeu crimes de estelionato, falsidade e suborno expressamente ? no Código Penal. Que lhe vai acontecer? Eis a pergunta que o povo do Ceará neste momento formula. Muitos respondem com o ceticismo e a descrença. Outros ainda esperam que de repente haja uma reviravolta na consciência nacional adormecida, capaz de obrigar os poderes públicos a cumprirem o seu dever. Carlos Jereissati é Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, seção do Ceará. Não menciono o PTB cearense com o intuito de envolvê-lo no escândalo que veio macular as tradições de honra do comércio da minha terra. O PTB cearense, se tem na presidência um ladrão, possui por outro lado, homens dignos em suas fileiras, dentre os quais posso citar os senhores Parsifal Barroso, Francisco Monte e Othon Sobral. Ligo o PTB a Jereissati para esclarecer que o falsário ingressou na atividade política e alçou-se à direção de uma agremiação partidária com o exclusivo propósito de acobertar-se para o crime. É fenômeno corriqueiro nestes tempos corrompidos: os aventureiros, os negocistas, os estelionatários e os ladrões públicos pretendem assaltar a política, enquanto os cidadãos limpos dela querem fugir, a fim de evitarem o contágio. 19

Neste pronunciamento na Câmara Federal, Armando Falcão dá nome àqueles que pretende atingir com seu discurso. Em tom dramático, o Deputado afirma que Carlos Jereissati é ladrão, estelionatário, falsário, dentre outros adjetivos pejorativos. Indignado, tenta não atingir o partido opositor ao PSD cearense, afirmando que há nos quadros daquela instituição homens de caráter confiável. Porém, salienta que Carlos Jereissati havia entrado na política apenas com o intuito de ter "imunidade parlamentar" e, desta forma, não pagar pelos crimes, os quais Armando Falcão gritava que ele tinha cometido.

Segundo Altemar Muniz, o crime, para Armando Falcão era que

> Carlos Jereissati, através do funcionário-chefe da CEXIM – Fortaleza, José Maria Vasconcelos, havia falsificado, entre os anos de 1950 e 1953, 86 licenças de importação de tecidos de linho e lã, no valor de Cr$ 46.178.613,70. O funcionário duplicava as licenças legítimas, utilizando o número delas, mas adulterando o nome do beneficiário, a mercadoria e o valor respectivo. (MUNIZ, 2007, p. 50)

O historiador explica, ainda, que naquele período, grandes empresas, "como Lundgren, Lhotar, Levy, Bayma Cotran, M. Cunha e Casa Barki viraram fregueses compulsórios de Jereissati". Entretanto, afirmava Armando Falcão que nestas operações Carlos Jereissati aferia um lucro médio de 200%, sem faturar e sem dar recibo para eximir-se dos tributos.

As acusações que partiam de Armando Falcão contra Carlos Jereissati eram tantas que, ainda em fevereiro de 1954, o primeiro chega a enviar carta ao Presidente Getúlio Vargas para

cobrar atitudes mais severas do Presidente da República quanto aos crimes que teria cometido Jereissati. Na carta, lida em sessão da Câmara Federal, Falcão salienta que Carlos Jereissati havia se aproximado de Getúlio Vargas apenas com o intuito de beneficiar seus negócios e explica as contravenções do petebista:

> Saiba V. Exª que Jereissati corrompeu o funcionário chefe da CEXIM em Fortaleza, que tinha 28 anos de Banco do Brasil, e conseguiu falsificar 86 licenças de importação, mediante as quais logrou trazer do estrangeiro tecidos de linho e lã no valor de Cr$ 46.000.000,00. (...) Os dados integram um documento oficial, ou seja, o ofício nº 202, de 19 de outubro de 1953, do Inspetor da Alfândega de Fortaleza, Dr. Luiz Sucupira, dirigido ao Diretor Geral da Fazenda Nacional e protocolado no serviço de comunicações do Ministério da Fazenda sob o nº 275.171 nov. 21-53.[20]

A carta concluiu-se com um apelo para que o Presidente se utilizasse daquele episódio para dar exemplo público de "repúdio aos desonestos". Após o envio desta carta, Armando Falcão salienta, ainda, em março de 1954, que Carlos Jereissati, além de todos os crimes que ele já havia citado, também estava envolvido em um processo de investigação sobre contrabandos que iam do Brasil para a Bolívia.[21]

Mesmo sendo acusado de todos estes crimes pelo colega Deputado, Jereissati não se apresenta nenhuma vez na Câmara Federal para defender-se. É apenas em março de 1954, poucos dias após estas novas acusações feitas por Armando Falcão, que outro Deputado Federal do PTB cearense, Parsifal Barroso, vai à tribuna da Casa defender o presidente de sua agremiação.

Em discurso, proferido em 22 de março de 1954, Parsifal Barroso se posiciona institucionalmente quanto ao caso de Jereissati:

> Sr. Presidente, aqui me encontro, numa breve interrupção da licença que obtive para tratamento de minha saúde, por haver sentido a necessidade de prestar esclarecimentos a esta Câmara, sobre as acusações sucessivamente levantadas pelo nobre Deputado Armando Falcão ao Sr. Carlos Jereissati, atual presidente da Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro do Ceará. Certo de que tais acusações foram dirigidas com o intuito de atingir o setor partidário a que pertenço e é presidido pelo acusado, devo o quanto antes estabelecer uma retificação de conceitos para evitar que a fermentação dos comentários desfigure ainda mais os fatos. Sou o primeiro a lamentar que, de repente, se quebre aquela superior e fraternal harmonia tão característica da bancada cearense.[22]

Neste momento, Armando Falcão solicita um aparte, o qual o é concedido pelo deputado que está na tribuna. Armando Falcão tenta, então, se explicar, dizendo que desde o começo de suas acusações nunca foi seu intento atingir o partido dos colegas. Entretanto, Parsifal continua com seu pronunciamento afirmando que Armando Falcão teria com estas acusações a intenção de atingir o PTB e que isto só estava acontecendo por conta de um desentendimento pessoal dele com Carlos Jereissati.

Novamente, Armando Falcão vai tentar se livrar de tal acusação, afirmando que até bem pouco tempo mantinha uma boa relação com o Deputado Carlos Jereissati, com quem até mesmo conversava nos corredores da Câmara. Complementa salientando que só começou a fazer as acusações depois de ter recebido documentos oficiais que comprovavam os crimes de Jereissati.

Os dois deputados vão protagonizar, neste dia, uma grande discussão na Câmara Federal, onde cada um vai defender os seus interesses e, respectivamente, de seus partidos políticos. Parsifal Barroso vai defender ainda a tese de que um correligionário (Antônio de Castro) de Armando Falcão teria saído do PSD para o PTB causando desgosto ao Deputado e o levando a criar uma inimizade com Carlos Jereissati, ao que retruca Armando Falcão dizendo que, até aquele momento, não sabia nem que o correligionário havia mudado de partido.

Defendendo o presidente de seu partido, Parsifal Barroso também afirma que aquela celeuma teria sido intenção do PSD em retaliação ao PTB no Ceará, sendo Armando Falcão apenas um porta-voz do partido, ao que Armando Falcão responde que o problema com Carlos Jereissati e a campanha que estava empreendendo contra seus crimes era apenas pessoal, sem maiores interesses do partido ao qual pertencia, o PSD.

Da mesma maneira, outro embate se dará entre Armando Falcão e Parsifal Barroso. Em 6 de abril de 1954[23], eles voltam a expor seus pontos de vistas, e, mais uma vez, Parsifal Barroso toma partido de Carlos Jereissati, afirmando que as investigações que estão sendo feitas sobre o presidente do PTB cearense estariam correndo normalmente em Fortaleza e que Armando Falcão estava sendo precipitado em acusar o Deputado Carlos Jereissati sem determinações judiciais definitivas.

Alguns dias depois, é a vez de Armando Falcão apresentar à Câmara Federal um parecer do Procurador da Fazenda Pública, Dr. Haroldo Acioli, sobre os crimes de falsificação e suborno praticados por Carlos Jereissati[24]. Neste parecer, o Procurador da Fazenda afirma

que há um envolvimento de Carlos Jereissati com os problemas das falsificações da CEXIM e que a firma do Deputado Federal devia ser investigada, bem como outras firmas, a fim de se esclarecerem os fatos, já que o Procurador não acreditava que o funcionário do Banco, que era réu confesso, não teria agido sozinho, tendo contado, assim, com o auxílio de pessoas influentes.

Depois deste episódio, o historiador Altemar Muniz salienta que Armando Falcão havia conseguido a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 24 de maio de 1954, com o intuito de investigar os tais crimes que ele afirmava que Carlos Jereissati teria cometido. Composta por cinco membros, a CPI, segundo o Diário da União, teria 45 dias para apurar os fatos.

Luiz Campos cobra punições para Jereissati

Após os episódios do começo do ano de 1954, entretanto, o assunto do escândalo na CEXIM parece ter "esfriado" no cenário político, tanto nacional quanto local. Depois da leitura deste parecer do Procurador da Fazenda, não teremos mais nenhum pronunciamento de Armando Falcão ou Parsifal Barroso sobre o caso na Câmara dos Deputados.

Salientamos, porém, que no segundo semestre desse ano estava na ordem do dia para os partidos políticos a montagem das alianças para a campanha eleitoral que se aproximava. Sendo assim, como já expusemos antes, as acusações podem ter sumido da pauta de Armando Falcão enquanto o seu partido tentava angariar apoio para as eleições de 3 de outubro, talvez com o próprio PTB de Jereissati. Esforço feito em vão, já que as "Oposições Coligadas", aliança formada por UDN-PTB e PR havia se consolidado e, consequentemente, acabaram por vencer o pleito.

Todavia, poucos dias após ter ingressado na *Gazeta de Notícias*, no final de 1954, o jornalista Luiz Campos traz à tona o assunto que parecia esquecido. Em seu artigo de 28 de dezembro de 1954, ele pergunta como andariam as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito responsável pelo caso:

> Notícias que nos tem chegado do Sul através dos despachos das agências noticiosas, dizem que a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil está ultimando providências a fim de apresentar queixa-crime contra responsáveis pela falsificação de licenças de importação. Tais divulgações fazem com que nos

coloquemos na posição de perguntar: em que pé se encontra o inquérito parlamentar instaurado para apurar a responsabilidade pelos crimes de falsificação de licenças de importação, verificados na CEXIM do Ceará? 25

O jornalista, que pertencia aos quadros do PSD, ao cobrar as informações a respeito dos problemas da CEXIM, não fazia acusações, como seu correligionário Armando Falcão. No entanto, possuía um papel de não deixar que a população esquecesse tais fatos. Seus artigos sempre reiteravam a necessidade de investigação deste suposto esquema de falsificação de licenças:

As autoridades competentes devem alertar para esse estado de cousas desmoralizantes. É preciso que o dinheiro sugado da Nação e do povo através das infernais e cínicas maquinações temperadas na panela da escabrosa CEXIM, não tenha a força necessária, como soe acontecer para evitar a ação dos que tem o encargo de punir os defraudadores da lei26.

Irritado, Luiz Campos publica dentro da sua coluna a íntegra de uma entrevista, veiculada no jornal "Última Hora", de São Paulo, com o líder petebista do Ceará, Carlos Jereissati[27].

Indignado com os elogios feitos pelo jornal ao político cearense que alcançava renome nacional, o jornalista volta a chamar a atenção de seus leitores para o caso da CEXIM. Até então, Luiz Campos não havia citado nomes nos seus artigos dos responsáveis pelo escândalo. Desta vez, não procede da mesma forma:

Fiquem sabendo os nossos amigos do Sul, os que leram aquela reportagem, a qual não representa a verdade, nem mais do que o acanalhamento do respeito que sempre foi votado ao nosso povo, que Jereissati foi eleito a custa da dinheirama desenfreada que se derramou por todos os recantos, dinheiro cuja procedência é do conhecimento geral, não se trata de um político nem de homem público, e, sim, de um nababo que tudo procura realizar, através do suborno, da corrupção e do capricho que lhes são facultados pelos milhões de suas arcas milionárias. De política nada entende. De público só tem a fama do nome envolvido naquela tranquibérnia repudiada por todo o País28.

Neste trecho do artigo, podemos perceber que Luiz Campos também estava na campanha promovida por Armando Falcão para que se investigassem e punissem os crimes dos quais era acusado Carlos Jereissati. Assim como o correligionário que ocupava o cargo de Deputado Federal, Luiz Campos também acusava Jereissati de enriquecimento ilícito e, mais,

afirmava que ele nada sabia sobre política, resolvendo tudo na base da corrupção e do “capricho”.

Desta forma, depreendemos que, apesar de Armando Falcão salientar que a campanha contra Jereissati não era coisa pensada pelo PSD, mas sim por ele próprio, o partido também deveria estar envolvido nesta discussão e possuir interesses envoltos no processo de macular o nome de Jereissati. Talvez, o jornalista por possuir espaço disponível em sua coluna, tivesse assumido um papel, diante do partido, de não deixar este assunto morrer e continuar cobrando atitudes, tanto do poder público, para que se investigassem os fatos, como da população, que também deveria cobrar a atuação das autoridades no combate à corrupção.

Alguns meses se passam e o mesmo tema volta a aparecer nas colunas de Luiz Campos, desta vez com toda a força. A celeuma parece ter sido iniciada com um novo artigo do jornalista sobre outra fraude de Jereissati, agora relacionada ao imposto de renda. Acreditamos que o referido artigo seja o da data de 02 de outubro, um domingo, em que Luiz Campos colocou no final de sua coluna uma pequena nota, onde dizia:

> Têm chegado ao nosso conhecimento certas informações oriundas de fontes merecedoras de absoluto crédito, as quais dizem respeito a um caso rumoroso que envolvem uma rica firma local e fiscais de uma repartição arrecadadora de imposto federal, assunto, aliás, que poderia ser um autêntico sucesso, ou talvez, o melhor prato para o dia. Porém, como faltam alguns pequenos detalhes para completar o tempero, certamente, não seria demais aguardar um pouco.[29]

Entretanto, o prenúncio do que viria pela frente foi tanto que amigos em comum dos dois personagens foram até o jornalista pedir que esquecesse esses fatos e parasse com as críticas ao líder do PTB no Ceará. A “confusão” estava só começando.

Luiz Campos e a agressão de Jereissati

Depois da publicação deste artigo, o próprio Deputado Federal teria entrado em contato com a direção do jornal. À época, Olavo Araújo era o diretor da *Gazeta de Notícias.* O pedido feito era simples: a proibição da divulgação dos artigos de Luiz Campos.

O político teria, segundo conta o periódico, chegado a ameaçar o jornalista de ter de engolir seus artigos, o que causou a fúria de Luiz Campos, exposta em seu artigo, na terça-feira, dia 11 de outubro, que veio publicado na primeira página do jornal:

> O Ceará ainda não se transformou numa senzala de escravos, cujo senhor, de chicote na mão, é o sr. Jereissati. Aqui há, ainda, homens independentes, que sabem ser amigos dos amigos, mas não recuam diante de intimidações. O sr. Jereissati precisa entender que é muito difícil impor o silêncio a quem sabe e pode falar. O seu dinheiro pode valer bastante, até para pagar capangas hábeis em tentar fazer jornalistas engolir artigos, porém não subornará aos que se colocam acima do peso do ouro e da corrupção. O que deve fazer o "deputado" cexinista é ir ocupar o seu lugar na Câmara Federal e defender-se dos ataques e das críticas que lhe estão sendo feitas. Um homem que tem a consciência livre atua assim. Do mesmo modo como há aqueles que têm a hombridade moral e intelectual de acusá-lo, assim deveria proceder o sr. Jereissati na sua defesa. Se não o faz, certamente, é porque não se sente bem situado ou autorizado para isso. A arma da violência nem sempre colhe resultados positivos, e, às vezes, os efeitos podem até ser contrários. Na oportunidade, quero ressaltar que o sr. Jereissati fica responsável perante as autoridades e ao povo pelo que suceder de tudo isso[30].

O caso estava feito. A briga havia sido comprada. A partir dali, em lados opostos, o jornalista e o político iriam trocar muitas farpas. Muito bem informado sobre os discursos de Armando Falcão na Câmara Federal, Luiz Campos tinha bastante espaço para dar voz aos reclames do Deputado Federal contra o político petebista, ainda mais depois das ameaças sofridas.

Salientamos que, como percebemos nas duas entrevistas realizadas com Luiz Campos, o jornalista não era do tipo que "leva desaforo para casa". Sendo assim, não se calaria diante de provocações do influente político. Todavia, também acreditamos que Luiz Campos tinha consciência de que precisaria de apoio para continuar neste embate com o chefe do PTB cearense. Desta maneira, tudo nos leva a crer que o grande apoio que o jornalista tinha era justamente do Deputado Federal Armando Falcão, já muitas vezes elogiado nos artigos de Luiz Campos.

Poucos dias depois da publicação do artigo acima, as páginas da *Gazeta de Notícias* trazem à tona uma agressão sofrida pelo jornalista, ainda por conta de seus artigos sobre Carlos Jereissati. A chamada de capa do jornal é taxativa[31]:



Requintes de Covardia e de Molecagem

A AGRESSÃO DE CARLOS JEREISSATI AO JORNALISTA LUIS CAMPOS

PARA TRAS POLTRAO!

CONSIDERAÇÕES

ALÉM DE TUDO, MOLEQUE!!

O GAL. MAURELL FILHO PROMETE MAIORES

DETALHES SOBRE O CASO BRANDI

O CEL. ADIL OLIVEIRA JÁ PRESTOU DEPOIMENTO PERANTE A COMISSÃO DE INQUÉRITO

Imagem 1: Capa da Gazeta de Notícias, em 25 de outubro de 1955.

Segundo o artigo de Luiz Campos, publicado na mesma data, a agressão havia acontecido dois dias antes, em uma festa, na residência da família do Sr. Francisco Luna Machado, amigo em comum do político e do jornalista. No editorial, a *Gazeta* afirma que não se calará e continuará denunciando os erros de homens como Carlos Jereissati:

> Dentro dos limites do nosso Estado, a terra que primeiro rompeu os grilhões do cativeiro hediondo, e, por isso mesmo, cognominada a "Terra da Luz", surgiu, não faz muito tempo, uma pequena mancha que por obra e graça do indiferentismo de uns, apatia de outros e desídia de muitos, cresceu, alargou-se, tomando proporções alarmantes, ao ponto de já hoje constituir-se imensa sombra, pairando ameaçadora e tenebrosa sobre os nossos destinos. É essa sombra sinistra que quer empanar a luz redentora de nossa emancipação, tentando amolentar a nossa fibra e atrofiar os nossos sentimentos de civismo, tornando-nos uma massa abúlica, indigna da tradição que nos legaram todos aqueles que se sacrificaram em holocausto ao bem estar da coletividade, não é senão o mais "votado" dos deputados cearenses – Carlos Jereissati. Simples taberneiro de tecidos, o alquimista das licenças famosas que inundaram o continente de linho e abarrotaram as suas arcas de ouro, quer agora sufocar, com o peso do vil metal e o poderio de sua nefasta influência política, o grito de alarma de homens conscientes de seus deveres. Deslumbrado com o fausto de sua riqueza, empolgado com o poderio transitório e enganador da política, o improvisado "sultão" julga poder silenciar a voz de quem não nasceu com vocação para a escravatura. Engana-se muito, pois que a cada investida sua, investiremos com mais firmeza e maior decisão contra suas mazelas, dissecando-lhe, sem anestesia, a frio, até que o povo conheça, em toda a sua realidade, o cafajeste que se esconde por trás do Marajá cearense. Saberemos ser dignos de nossos maiores, defendendo com sobranceria e altivez os nossos mais lídimos direitos, não permitindo que indivíduos desclassificados abastardem as nossas tradições nem conspurquem nossos ideais. Nem o ouro nem o poderio político de Jereissati impedirão que daqui brademos: Para trás, Poltrão![32]

Aqui, é o próprio jornal que lança uma "ameaça" ao político. Continuará a *Gazeta de Notícias* a empreender também uma campanha contra Carlos Jereissati. É preciso registrar, porém, que naquela época Luiz Campos já havia crescido no jornal e chegado a compor sua diretoria, de forma que possuía autonomia e tinha forças necessárias para fazer um achaque diário ao político petebista.

Em seu artigo, ainda neste mesmo dia, Luiz Campos conta como havia sido a agressão. Segundo ele, o político havia entrado na casa da família e deferido-lhe um golpe pelas costas, o qual ele revidou de imediato, causando uma situação que não havia terminado em cena de sangue por conta da intervenção das pessoas que se encontravam no recinto. A explicação para tal agressão é apenas uma, na opinião do jornalista – a impunidade:

> Aí está o resultado da impunidade, possibilitando e incentivando a evolução de um estado psíquico deformado cheio de recalque e neuroses. Esse homem que se apossou de uma fortuna fabulosa e ilícita, que se tornou um dominado pela ideia de todo poderoso inatingível, abominável pelo seu caráter corrompido, já está se excedendo em afronta e em desrespeito à dignidade e à tradição de honra do povo de nossa terra. O meu caso, certamente, foi pequenino exemplo disso. E este – cearenses – é o homem que pretende ser o "dono" do Ceará. Acusado de desonestidade, - não pode siquer (sic) transacionar com o Banco do Brasil, pois o seu nome, ali, integra uma "lista negra". Envolvido numa negociata escandalosa – teve a sua entrada impedida até no Gabinete da Presidência da República. Sem melhor instrução, - é incapaz de pronunciar um discurso ou de escrever um texto que mereça leitura, e tudo da "sua lavra" tem a autoria de seus secretários particulares. Portador de um diploma de deputado federal – foge das suas obrigações parlamentares por inépcia, comodismo ou covardia, quando se vê atacado por voz destemerosa de um seu par. Agora, embora prestigiado pelo dinheiro, - Jereissati já não pode siquer freqüentar um meio social digno, honesto e respeitável, justamente porque acaba de aliar às suas tantas qualidades torpes, mais esta de MOLEQUE!!![33]

Nesta crítica ao seu agressor, o jornalista expõe mais uma vez a figura do político, de maneira que seus leitores o identificassem como um verdadeiro "moleque", que não tinha hombridade suficiente para assumir seus compromissos públicos, já que era Deputado Federal. Pior, de homem que não conseguia ouvir críticas dos colegas pelos crimes que cometeu, ausentando-se, assim, de suas obrigações parlamentares.

Aqui, Luiz Campos, claramente, mostra que essas críticas que Carlos Jereissati não queria ouvir eram as críticas feitas reiteradas vezes por Armando Falcão na Câmara dos Deputados que, como já salientamos, não foram respondidas por Carlos Jereissati.

Entretanto, o que buscamos apresentar ao leitor neste ponto do texto é que é exatamente neste momento de polarização de opiniões, quando as pessoas vão se manifestar a

favor ou contra as atitudes do jornalista e do político, que podemos perceber quais eram os setores da sociedade com os quais Luiz Campos mais se identificava.

A sociedade toma partido

No mesmo dia da agressão sofrida por Luiz Campos e nos dias seguintes, muitas são as manifestações de apoio e solidariedade recebidas pelo jornalista, por ocasião da agressão. Todas estas manifestações são publicadas pela *Gazeta de Notícias*. Isto nos faz ver que a imprensa é também um meio de articulação política.

Uma das primeiras manifestações é a da Associação Cearense de Imprensa, ACI[34], órgão representante da classe jornalística cearense. O periódico em que Luiz Campos trabalhava se manifestou através de carta de repúdio a Carlos Jereissati, assinada por todos os seus funcionários.

Quem também explora a situação do jornalista são alguns vereadores em sessão da Câmara Municipal de Fortaleza[35]. Em matéria do Unitário, fala-se da sessão do Legislativo em que o assunto teria entrado na pauta de discussões. Segundo o periódico, o vereador José Diogo é que teria levado o caso para o plenário, solicitando um voto de desagravo a Luiz Campos, pelas ofensas contra Carlos Jereissati. O Unitário informa que o pedido do vereador gerou séria discussão com outro parlamentar, o senhor José Batista, que defendia o jornalista Luiz Campos. A discussão teria durado cerca de 70 minutos. Desta maneira, o jornal diz que os ânimos ficaram tão acirrados que, por pouco, os dois vereadores não protagonizaram uma "cena de pugilato". O voto de desagravo não chegou a ser publicado, uma vez que as bancadas da UDN e do PSD teriam saído do plenário, em solidariedade a Luiz Campos.[36]

Percebemos, assim, que o fato toma corpo, chega não só aos outros veículos de imprensa, mas também nas discussões do Legislativo Municipal, gerando rixas entre vereadores do partido do jornalista e aqueles que compartilhavam dos mesmos interesses de Carlos Jereissati. É possível perceber também que o episódio torna o jornalista, já polêmico, mais presente no meio político, desta vez não mais pelas críticas às más administrações municipais, mas pela sua própria tomada de posição ao propor uma investida contra o poderoso Deputado.

Além das já citadas, a Associação Brasileira de Imprensa, ABI[37], órgão que congregava todas as associações de jornalistas, também vai se fazer presente nesta onda de solidariedade a Luiz Campos. Na ocasião, o presidente desta associação publica um telegrama que foi enviado ao Ministro da Justiça, no qual explica a necessidade de atenção dos órgãos competentes com a condição dos jornalistas brasileiros. No telegrama, salienta-se a necessidade de haver liberdade de expressão, que seria vital para o funcionamento da imprensa:

> Tomando conhecimento da agressão de que foi vítima o jornalista Luiz Campos, por parte do sr. Carlos Jereissati, a Associação Brasileira de Imprensa dirigiu ao sr. Prado Kelli, Ministro da Justiça, o seguinte telegrama. "A Associação Brasileira de Imprensa vem trazer ao conhecimento de V. Excia. novo atentado contra a livre expressão do pensamento, praticado agora na pessoa do Jornalista Luiz Campos, Diretor da Gazeta de Notícias de Fortaleza, conforme V. Excia. poderá verificar pelo telegrama de que junto envio cópia. E ao transmitir ao titular da pasta da Justiça este novo atentado, a ABI pede vênia a V. Excia. para encarecer a necessidade de ser assegurada aos jornalistas a mais ampla liberdade de opinião, consoante ao que dispõe a nossa carta magna e que constitui preceito de resultado vital para a missão da imprensa, sem a qual não seria possível sobreviver. A ABI está certa ao espírito democrático de V. Excia. tais atitudes jamais encontrarão guarida e que V. Excia. acolherá este protesto, determinando as providências necessárias para o estabelecimento do âmbito adequado à sua função. Aproveito o ensejo que se me oferece para renovar a V. Excia. os protestos de minha mais alta estima e elevada consideração. Herbert Moses, Presidente"[38].

Aqui, percebemos que o episódio ganhava destaque nacional. Chegando o fato à Associação Nacional dos Jornalistas, esta logo tratou de comunicá-lo ao poder público, pedindo proteção para a atividade jornalística no país, sem, no entanto, expor neste telegrama o agressor, que era um político conhecido nacionalmente. Contudo, se demonstra que Luiz Campos era reconhecido pelos seus pares, uma vez que a classe jornalística estava lhe dando apoio.

Entretanto, o mais relevante é observamos uma matéria do periódico que vai elencar as "principais" manifestações de apoio ao jornalista, demonstrando para a população que ele não estava sozinho e que, assim como aquele que o agredira, tinha alianças fortes:

> A primeira manifestação de solidariedade recebida por Luiz Campos partiu do dr. Silvio Fontenele, que a tudo presenciou e é testemunha da intenção leal do jornalista de evitar qualquer acidente e que o assistiu com a maior solicitude. Outra manifestação valiosa foi a levada através de uma visita de um Oficial do Exército, que compareceu à residência de Luiz Campos às primeiras horas da manhã de ontem, para levar-lhe a calorosa solidariedade do cel. Severino

> Sombra, que condenou com revolta a agressão. Manifestação de calorosa solidariedade partem também de pessoas as mais destacadas dos círculos políticos e administrativos, inclusive parlamentares, do comércio, da indústria, de entidades de classe, de todas as camadas sociais, enfim. A UNIÃO DAS CLASSES PRODUTORAS, entidade das mais representativas do comércio e da indústria, divulgou uma brilhante nota onde condena a agressão. A ASSOCIAÇÃO CEARENSE DE IMPRENSA, reunida extraordinariamente, tomou conhecimento do fato e através de uma enérgica nota, divulgada em outro local da presente edição, condena com veemência a agressão. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais, pelo seu presidente, dr. Paulo Bonavides, prestou sua solidariedade ao jornalista Luiz Campos e verberou a atitude de Jereissati, atitude que oficializará hoje através de nota oficial. O CLUBE INAPIÁRIOS DO CEARÁ do qual o agredido é associado, tornou público, também o seu processo contra a agressão. NA CÂMARA MUNICIPAL, os vereadores José Diogo da Silveira e Dorian Sampaio verberaram com a maior veemência, condenando a agressão e prestando solidariedade ao jornalista, afirmando ter sido ferida, com a atitude daquele comerciante deputado, a própria imprensa, que na hora atual, mais do que nunca, precisa de liberdade na luta pela moralização do país e pelo regime democrático. Numerosas mensagens, telegramas, manifestações pessoais de toda sorte, enfim, tem recebido, desde domingo, o jornalista Luiz Campos de vultos os mais distinguidos de todos os nossos círculos, traduzindo, tudo isso, o movimento de veemente repulsa do povo, da sociedade, das classes, contra a insólita atitude do parlamentar sem defesa, que quer calar, com a força, a voz dos que lhe fustigam a sua indefensável atuação como comerciante, como político e como deputado, mostrando que o nosso povo condena os seus métodos, dos quais o covarde atentado de domingo constituiu o extremo limite, se é que isto existe para ele em matéria de iniquidade.[39]

Aqui, é importante perceber que o jornal procura, a todo custo, identificar o jornalista com vários setores "importantes" da cidade, os parlamentares, os comerciantes, os industriais, os jornalistas. Entretanto, é necessário atentar para o fato de que o apoio destas pessoas não devia ser gratuito, afinal, se posicionar contra um político influente e ficar ao lado de um jornalista, mandando inclusive cartas de repúdio ao deputado é, no mínimo, curioso. Certamente, estas pessoas também possuíam interesses ao se posicionarem do lado de Luiz Campos.

Ainda podemos refletir também em cima do fato de que o próprio jornal precisava salientar para o leitor que o seu jornalista estava sendo apoiado pelos "vultos os mais distinguidos de todos os círculos", desta forma, o leitor depreendia que Luiz Campos era um homem bem articulado, que possuía alianças que o respaldavam, podendo ser mais um nome a se insurgir na grita contra Carlos Jereissati, comandada por Armando Falcão.

Ele, é claro, era outro que não podia deixar de se manifestar em solidariedade a Luiz Campos. O deputado, que já havia solicitado a investigação das fraudes das licenças, de que era acusado Jereissati, em telegrama escreve ao jornalista:

> "URGENTE
>
> Congenere jornalista Luiz Campos
>
> Redação da GAZETA DE NOTÍCIAS, Fortaleza-Ceará
>
> Acusando recebimento sua comunicação apresso-me manifestar-lhe inteira solidariedade face covarde agressão pt Você está defendendo tradições honra nosso Ceará podendo ficar certo consciência esclarecida terra natal aplaude bravo jornalista pt Vou levar assunto tribuna Camara e sugiro cabografar presidente Associação Brasileira Imprensa pt.
>
> Aguardo detalhes pt Armando Falcão." [40]

Realmente, Armando Falcão chega a levar o assunto à tribuna da Câmara Federal[41]:

> Mandando aqui a minha solidariedade ao jornalista Luiz Campos e à imprensa de Fortaleza, quero reiterar convite que já fiz desta tribuna ao deputado Carlos Jereissati, em lugar de S. Ex ª insurgir-se contra os fiscais do imposto de renda que foram a sua firma proceder a uma perícia, nos termos da lei, e, em vez de agredir jornalistas, no exercício legítimo de sua profissão, venha para esta mesma tribuna defender-se das acusações que lhe fiz mais de cinco vezes. Venha provar com documentos na mão que são falsas as alegações que aqui levantei contra a pessoa de S. Exª. Só então será possível ao Sr. Jereissati, por ventura, demonstrar que a razão está do seu lado, o que, aliás, é impraticável. Agora, o que não tem cabimento é, valendo-se das imunidades parlamentares que o mandato lhe outorga e, sobretudo, esteado na segurança que lhe advém da circunstância de estar à frente do Governo do Estado, um cidadão que ali chegou com a ajuda financeira que o Sr. Jereissati lhe deu, continuar S. Exª desmandando-se. Em vez disso, S. Exª deve vir à tribuna da Câmara defender-se das graves imputações que pesam sobre a sua honorabilidade pessoal. [42]

No pronunciamento, Armando Falcão cobra, mais uma vez, a presença de Carlos Jereissati para travar um debate sobre as acusações que o deputado do PSD lhe fazia, aproveita ainda para informar que Jereissati, há poucos dias, também havia tido uma atitude de agressão com fiscais do imposto de renda que tinham ido à empresa dele para averiguações.

Desta forma, o PSD vai se aproveitando das próprias atitudes tomadas por Carlos Jereissati para se promover e aumentar mais ainda suas investidas contra seu maior opositor no Ceará, o PTB[43]. E, neste ponto, o jornalista Luiz Campos foi decisivo, pois através do jornalismo utilizou o espaço em que escrevia para levar aos leitores suas opiniões a respeito de Carlos Jereissati e do PTB, e ainda pôde aumentar estas críticas, que favoreciam o PSD, quando da agressão que sofreu.

O assunto repercute a tal ponto que até mesmo a família de Carlos Jereissati chega a procurar o jornalista. Luiz Campos afirma, em nota publicada pela *Gazeta*, ter recebido a

solidariedade do irmão do político, o Sr. João Jereissati, que o teria procurado a fim de se desculpar, em nome da família[44]:

> Já se encontravam concluídos os trabalhos desta edição, quase madrugada, quando recebi a visita do meu amigo particular, dr. Jereissati, atualmente Procurador Jurídico do Instituto dos Comerciários e que foi delegado daquela autarquia em nosso Estado, o qual veio me cumprimentar e falar do incidente registrado entre mim e o seu irmão, Carlos Jereissati. Mantivemos longa palestra, cordial e dentro de um espírito de perfeita compreensão e sensatez. Diante das considerações profundamente humanas, fiéis e cortezes, expostas por aquele meu amigo, a quem tenho na absoluta conta, depois de muito ponderar, assegurei o meu propósito de tornar o presente caso como encerrado, de minha parte, desde que assim fosse a conduta dos meus adversários. Torno público este pronunciamento para que o povo de minha terra saiba compreender até onde vão os meus sentimentos diante da consideração que posso dispensar a um amigo e a uma mãe que se encontra em profundo abatimento e angústia – a do dr. José Jereissati – e a fim de evitar que me julguem um homem violento e desabrido. Porém, posso assegurar, que continuarei sempre altivo, sem recuar intimidações e pronto a repelir qualquer investida que a traição e deslealdade de um insensato se volte, novamente, contra mim. A minha confiança está em que saibam todos me julgar com absoluta isenção de ânimos. [45]

Na nota que Luiz Campos publica se compromete a parar com as investidas contra Carlos Jereissati na *Gazeta de Notícias*. Entretanto, pondera que, para tanto, também seus “adversários” deveriam se comportar da mesma forma. Aí, fica claro que Luiz Campos era, sim, um ser político, cujos interesses, naquele momento, estariam falando mais alto. Talvez, até mesmo o desejo de se tornar mais conhecido no seio da sociedade fortalezense, a fim de alavancar um futuro político.

Entretanto, não seria tão fácil para Carlos Jereissati escapar às linhas de Luiz Campos. Em artigo publicado no dia 27 de outubro de 1955, o jornalista agradece as manifestações de solidariedade e encerra o assunto da agressão afirmando que “é muito cedo ainda”...

> Sem omitir a verdade, em recuar diante dos arreganhos sem temer a prepotência nem atacar certas conveniências de ordem pessoal, que prejudiquem os interesses da coletividade, é que tenho procurado orientar o meu trabalho e a minha função. Muito gostaria, pois, que me fizessem voltar à posição anterior, mais de acordo com as minhas condições e ao que, realmente, mereço... Nunca forcem voar um pássaro que ainda tem asas tensas! Ainda é cedo, muito cedo, ainda!... [46]

Mesmo com esta promessa de pausa nas acusações contra o Deputado Federal, Luiz Campos não deixaria passar outras oportunidades de recolher os fatos do escândalo da

CEXIM em outros artigos futuros. No ano de 1956, por exemplo, quando se cogita em Fortaleza a demolição do Abrigo Central da Praça do Ferreira, o jornalista entra em cena para defender que o espaço devia continuar existindo naquele mesmo local e que só estava sendo cogitada esta demolição porque Carlos Jereissati estaria construindo um hotel atrás do Abrigo e queria "limpar a vista" dos turistas que lá se hospedariam. Para ele, tudo isto se devia a "milionários que querem comprar as atitudes do governo, a vergonha do povo, a dignidade dos legislados"[47].

Assim, através deste episódio e das discussões entre Armando Falcão e Carlos Jereissati, percebemos como um novo ator político se insere no cenário das disputas políticas de Fortaleza. Pretendemos mostrar, desta maneira, que este jornalista, hábil com as palavras, tinha interesses políticos e estava galgando seu lugar ao sol.

A Presidência da Caixa Econômica Federal

No final de 1956, entre os dias 20 de setembro e 4 de outubro, as colunas "Considerações" somem das páginas da *Gazeta de Notícias*. No dia 4 de outubro, a *Gazeta* publica em primeira página que Luiz Campos, que estava em viagem ao Rio de Janeiro, então capital brasileira, regressava à Fortaleza.

Na matéria, que é acompanhada por uma fotografia de Luiz Campos rodeado por amigos, na chegada ao aeroporto Pinto Martins, explica-se que o jornalista havia ido à Capital Federal "em caráter particular", aproveitando para conhecer as redações dos maiores jornais do país e trazer vasto material para a *Gazeta*[48].

O motivo desta viagem, contudo, só podemos perceber nos dias seguintes. Apesar de o periódico afirmar que Luiz Campos voltaria imediatamente às suas funções na *Gazeta de Notícias,* ele escreve apenas duas colunas, uma no dia 6 e outra no dia 7 de outubro.

Neste mesmo dia, uma matéria de primeira página do matutino afirma que Luiz Campos estava cotado para assumir a presidência da Caixa Econômica Federal[49] no Ceará. E quem queria o jornalista na CEF? O PSD, partido do qual ele fazia parte, como explica a reportagem da *Gazeta*:

> Segundo foi noticiado, esteve reunido, ontem, o diretório estadual do Partido Social Democrático, com objetivo de fazer a escolha do nome a ser indicado ao

> Presidente da República para ocupar o cargo de Diretor da Caixa Econômica Federal do Ceará, vaga existente em virtude do sentido e lamentado falecimento do Sr. Vicente Linhares. À reunião em apreço compareceram cerca de 36 dos 40 membros integrantes daquele Diretório. Por decisão unânime – o que é sobremodo significativo – o Diretório do PSD deliberou indicar para a vaga existente na Caixa Econômica, o nome do dr. Luiz Campos, jornalista e advogado dos mais destacados da nossa capital[50].

Entretanto, a escolha de Luiz Campos para o cargo, sobre a qual o jornal afirma que "merecerá a acolhida e apoio necessários", pareceu não sensibilizar o Presidente da República, Juscelino Kubitschek.

A própria *Gazeta de Notícias* anuncia, dias depois, que o nome escolhido para o preenchimento da vaga deixada seria o de Antônio José Gentil, outro membro do PSD. A nomeação aparece no Diário Oficial da União em 20 de novembro de 1956:

> "O Presidente da República resolve nomear: de acordo com o art. 8º, § 1º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 24.427, de 19 de junho de 1934, Antônio José Gentil, Membro do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Ceará, para exercer a função de Presidente do mesmo Conselho, na vaga decorrente do falecimento de Vicente Alves Linhares"[51]

Mas, o jornalista, como uma espécie de "prêmio de consolação", angaria uma Diretoria da Caixa Econômica. A partir dali não precisaria esperar muito tempo para ocupar o cargo para o qual o partido desejava indicar-lhe.

A presidência da Caixa Econômica Federal do Ceará é alcançada por Luiz Campos em 1960, ao final da gestão de Antônio José Gentil. No entanto, o jornalista Luiz Campos, a esta data, já era membro do Conselho Administrativo do banco público.

A nomeação do jornalista para a Presidência do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Ceará é publicada no Diário Oficial de 24 de agosto de 1960, juntamente à demissão de Antônio José Gentil.

Sobre a atuação na Caixa Econômica Federal do Ceará, o próprio jornalista nos relatou que os seus principais feitos foram "moralizar" o banco e dar lucros:

> Juscelino Kubitscheck era o presidente da República, eu era o presidente da Caixa Econômica, tinha botado os ladrões da Caixa Econômica presos, prendi num inquérito muito sério. Moralizei a Caixa Econômica, fazia 15 anos que dava prejuízo, passou a dar lucro e transformou-se numa Caixa padrão para o Brasil[52].

A passagem de Luiz Campos pela presidência da Caixa Econômica do Ceará dura dois anos. Em 1962, é exonerado do cargo para que assumisse Manuel Gentil Porto.

Entretanto, esta exoneração e a consequente indicação do novo nome, parecem, mais uma vez, ter uma influência do antigo desafeto do jornalista, o Deputado Carlos Jereissati.

Desde junho de 1962, as informações sobre a saída de Luiz Campos da Caixa Econômica já eram divulgadas pelos jornais de Fortaleza:

> Fonte extra-oficial informa que deverá ser nomeado para o cargo de Presidente da Caixa Econômica Federal do Ceará, em lugar do jornalista Luiz Campos, o comerciante Manuel Gentil Porto. Ouvido pela reportagem de O Povo, disse o sr. Luiz Campos, baseado em informação de pessoa vinda, ontem, de Brasília, que o ato não foi publicado no Diário Oficial e que o deputado Martins Rodrigues não concorda em ceder a presidência da CEFC ao PTB jereissatista. No entanto, considera quase certa a sua substituição pela pessoa que for indicada pelo Deputado Carlos Jereissati[53].

A reportagem do jornal *O Povo* vai além, explicando, ainda, segundo Luiz Campos, que o nome que estava sendo cotado para assumir a presidência da Caixa Econômica no Ceará era primo de Antônio José Gentil, que teria sido demitido da presidência anterior do órgão, após uma denúncia feita pelo próprio jornalista de um desfalque de 20 milhões de cruzeiros na CEF.

O Presidente da CEF-Ce afirma ainda para o periódico que deixaria o banco com lucros superiores aos do ano anterior. Saindo da Caixa Econômica, o jornalista afirma que voltaria a atuar nos jornais, mas que também estudaria propostas de empregos em firmas particulares.

No dia seguinte, 20 de junho de 1962, é a *Gazeta de Notícias* que aborda o assunto da demissão de Luiz Campos do banco público. Segundo a reportagem do periódico, o PSD estadual e federal estariam tentando reverter o caso, a fim de manter o jornalista no cargo.

A *Gazeta* retoma ainda a antiga rixa existente entre o jornalista e o deputado Carlos Jereissati, como forma de tentar explicar as possíveis motivações para que Luiz Campos fosse demitido da Caixa Econômica:

> Vale salientar que, ao tempo que este jornal era dirigido pelo jornalista Olavo Euclides Araújo, o jornalista Luiz Campos sustentou tenaz campanha contra o deputado Carlos Jereissati. Revelava os escândalos da CEXIM e acusava aquele

> comerciante e político cearense. Chegou a ser agredido em ambiente social, numa festa, pelo presidente do PTB. Daí até hoje, profunda rixa se manteve, sendo conhecidas as denúncias de que o Presidente do PTB tramava a sua demissão desde a posse do seu amigo João Goulart na presidência da República[54].

Assim, fica claro, que as feridas abertas cinco anos antes ainda não haviam sido curadas, de forma que as disputas PSD-PTB continuavam e Luiz Campos seguia se posicionando antagonicamente aos pessebistas. O partido logo preocupa-se em também expor sua posição e brigar pelos cargos que possuía. Assim, ainda no dia 20 de junho, o presidente do PSD, Waldemar Alcântara, fala à *Gazeta de Notícias*:

> O Presidente do PSD, dr. Waldemar de Alcântara, falando ontem à reportagem de <GAZETA DE NOTÍCIAS> , declarou que seu partido não concorda de maneira alguma com a demissão do jornalista Luis Campos da presidência da Caixa Econômica e que considera um golpe agravante para o seu prestígio de agremiação majoritária e altamente prestigiada nos quadros da vida pública brasileira. Acrescentou o presidente do PSD cearense que o PSD nacional se movimenta para anular o extemporâneo do seu Primeiro Ministro, por pressão do deputado cearense Carlos Jereissati, certo de que o jornalista Luis Campos desenvolve uma atuação administrativa das mais sérias e brilhante à frente da Caixa Econômica Federal do Ceará, não havendo qualquer motivo para a sua demissão. Isto sem falar no fato de que, terminando o seu mandato em setembro vindouro, não poderia ser demitido sumariamente do posto[55].

O apoio ao jornalista, mais uma vez não parte apenas do seu partido. Outras camadas da sociedade também irão se manifestar contrárias à demissão de Luiz Campos da Caixa Econômica, como os estudantes e operários, que em comício realizado na Praça do Ferreira decidiram apoiar o "movimento pela manutenção do jornalista Luiz Campos na Presidência da Caixa Econômica"[56].

Nos dias seguintes, as acusações a Carlos Jereissati tornam-se ainda mais incisivas, com a declaração de Luiz Campos de que o deputado teria lhe oferecido outros cargos para que ele deixasse a presidência da Caixa Econômica, como explica o jornalista para a *Gazeta de Notícias*:

> A trama para me jogar fora da Caixa Econômica e tomar conta daquela importante repartição vem de longe. Tentou-se o golpe. Falhou no primeiro lance. Em seguida, foi a chantagem e o suborno. Também falhou. Agora, vem outro golpe, com as armas da felonia e da mentira. O sr. Jereissati, através de pessoas de responsabilidade, que não negarão o que estou dizendo, há vários meses vem me fazendo propostas, a fim de que eu renuncie ao cargo, porque ele quer tomar conta da Caixa Econômica[57].

Dias depois, entretanto, a *Gazeta de Notícias* divulga um telegrama do Senador Menezes Pimentel, que informava a Luiz Campos que o documento com sua demissão teria sido, realmente, assinado, mas que o deputado Martins Rodrigues havia conseguido sustar a publicação dele.

A polêmica desaparece das páginas dos jornais. Todavia, em agosto de 1962, a exoneração de Luiz Campos do cargo de Presidente da Caixa Econômica Federal é publicada no Diário Oficial da União[58].

Quem assume o cargo deixado pelo jornalista, em verdade, não nos causa espanto, foi Manuel Porto Gentil, cunhado de Carlos Jereissati, que já era cogitado desde junho para a vaga. Entretanto, este revés não fez Luiz Campos deixar a política.

Certo de que, mais uma vez, uma polêmica envolvendo seu nome tinha ganhado projeção dentro da cidade, o jornalista também se aproveitava disso para "vender" sua imagem de homem sério e honesto, que havia elevado a Caixa Econômica no Ceará a outros patamares, para conquistar a simpatia da população e, quiçá, seus votos, na futura campanha eleitoral para Vice-Prefeito de Fortaleza, na qual o jornalista sagra-se vencedor, em 1962.

---

[1] Os antigos partidos haviam sido dissolvidos em 1937, após o Decreto-Lei º 37, de 02 de dezembro de 1937, ficando proibida, até a promulgação de uma lei eleitoral, a organização de instituições partidárias.
[2] Para Serge Berstein, são quatro as condições que definem o conceito de partido político, são elas: a duração no tempo, isto é, a duração longa de um partido, que significa que ele está respondendo às tendências da opinião pública; a extensão no espaço, qual seja, a formação de uma estrutura nacional vinculada a estruturas locais, abrangendo boa parte da população; a aspiração ao exercício do poder, que pressupõe um projeto político conveniente à nação, e a vontade de buscar o apoio da população, recrutando militantes e atraindo o voto de eleitores. Para Berstein, estes elementos foram identificados nos diferentes países em que se desenvolveram partidos políticos. RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996, pp. 62-63.
[3] Sobre a formação dos partidos após a Era Vargas, ver "Diretrizes do Estado Novo (1937-1945) – Partidos Políticos Nacionais". Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/PartidosPoliticos>. Acesso em 18 de abril de 2012, 9h.
[4] A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) surgiu através do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e foi sancionada por Getúlio Vargas. A CLT foi importante por estabelecer novos direitos dos trabalhadores e também por regulamentar as relações trabalhistas, o que era inexistente até então. Esta Lei constituiu-se a proteção ao trabalhador, tanto o urbano quanto o rural. Hoje, com algumas mudanças, continua sendo o principal instrumento para regulamentar as relações de trabalho no Brasil. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas/CLT>. Acesso em 18 de abril de 2012, 10h.
[5] Médico, natural de Jaguaribe-CE. Foi um político extremamente atuante, tendo passado pelos cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Interventor Estadual e Senador, de 1913 a 1963.
[6] Foi representante da Federação dos Círculos Operários. Nas eleições de 1947 foi candidato a Deputado Estadual, porém o partido não atingiu o coeficiente eleitoral.
[7] Advogado, assumiu a presidência da Caixa de Assistência dos Advogados do Ceará, em 1948.
[8] Médico, foi fundador do Sanatório de Messejana. Também foi fundador do Ideal Clube.
[9] BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e historiografia. In.: AZEVEDO, Cecília (et al.). **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 31.

10 Aqui é interessante salientar que Menezes Pimentel foi eleito pela Liga Eleitoral Católica – LEC, antes do Estado Novo, em oposição aos getulistas. Entretanto, quando da instalação do Estado Novo, Menezes Pimentel comprometeu-se a apoiar as atitudes do Presidente Getúlio Vargas, tendo sido, por isso, mantido como Interventor Estadual e, consequentemente, fundador do PSD após a lei eleitoral de 1945. MOTA, Aroldo. **História Política do Ceará** (1930-1945). Fortaleza: ABC Fortaleza, 2000.

11 Militar, foi eleito Deputado Federal em 1950. Tornou-se um dos grandes líderes da UDN no cenário nacional. Foi, por duas vezes, Governador do Estado do Ceará. Durante a ditadura militar, pertenceu aos quadros da Arena.

12 As informações aqui citadas a respeito de Armando Falcão constam nos livros: ALBUQUERQUE, João Alves de. **Cearenses no Rio**. Fortaleza, Gráfica Urânia, 1938. NOBRE, F. Silva. **1001 Cearenses Notáveis**. Rio de Janeiro: Casa do Ceará Editora, 1996.

13 Sobre Carlos Jereissati, ver: NOBRE, F. Silva. Op. Cit., p. 192.

14 Segundo Pedro Paulo Zahluth Bastos, "é preferível afirmar que Vargas aderia ao nacional-desenvolvimentismo do que alegar que defendia simplesmente o desenvolvimento capitalista no Brasil: uma vez que a economia mercantil agro-exportadora também era capitalista, o que o ideário nacional-desenvolvimentista defendia era um certo tipo de desenvolvimento capitalista, como acima referido. As finalidades, os dilemas e a mutação das formas do nacional-desenvolvimentismo podem ser avaliados com uma análise das políticas frente aos ramos então considerados básicos e prioritários para um desenvolvimento econômico moderno: a siderurgia pesada, a exploração de petróleo e, particularmente, o ramo de energia elétrica. Enquanto os dois primeiros não estavam constituídos antes de 1930, no terceiro já se concentravam as maiores filiais norte-americanas presentes no Brasil (Light e Amforp). Regular a atividade destas empresas, envolvia chocar-se com interesses fortemente consolidados, uma vez que o governo Vargas pretendia que a expansão da oferta de energia se fizesse com garantias de fornecimento e preços que não prejudicassem a operação dos setores usuários de eletricidade. Assim, a prática da intervenção era nacionalista não em só em seus objetivos desenvolvimentistas, mas também no sentido em que resultaria em choques entre interesses definidos como nacionais pela política de Estado e os interesses constituídos de filiais estrangeiras, seja as que já operassem (concessionárias de energia, bancos e mineradoras, por exemplo), seja as que tivessem apenas concessões para operar, ainda não implementadas (como companhias de petróleo). Ao longo do tempo, outros conflitos ocorreriam com interesses particulares, estrangeiros e locais, que resistissem às políticas nacional-desenvolvimentistas. Como em um jogo dialético, estas contradições reforçavam a aura nacionalista de Vargas: contraposta a interesses particulares e egoístas, a ação estatal era legitimada precisamente por almejar o interesse público-nacional, identificado ao desenvolvimentismo e, a partir do final do Estado Novo, também crescentemente ao distributivismo trabalhista". BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **A Construção do Nacional Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base**. Revista EconomiA, Selecta, Brasília (DF), v.7, n.4, pp. 239 - 275, dezembro 2006.

15 Este modelo foi posto em prática a partir do Governo Vargas, quando "teve início um processo de substituição dos bens manufaturados que antes eram importados pela produção nacional. Isto ocorreu a partir do momento em que o setor industrial brasileiro passou a se aproveitar da capacidade industrial instalada já existente no país, em função das primeiras políticas governamentais de incentivo à produção interna, principalmente, das políticas cambiais e tarifárias". Ver: SANTOS JUNIOR, José Aldoril. **Industrialização e Modelos de Substituição de Importações no Brasil e na Argentina**: Uma Análise Comparada. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Disponível em < http://www.cse.ufsc.br/gecon/coord_mono/2004.2/Jos%E9%20Adoril%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em 18 de abril de 2012, 17h.

16 A CEXIM era a Carteira de Exportação do Banco do Brasil. Foi criada em maio de 1941, pelo presidente Getúlio Vargas, a fim de beneficiar os produtos manufaturados nacionais, introduzindo o regime de licença prévia para as exportações. A CEXIM destinava-se a estimular e amparar a exportação de produtos nacionais e assegurar condições favoráveis à importação de produtos estrangeiros. Disponível em <http://www.bb.com.br/portalbb>. Acesso em 17 de setembro de 2010, 14h.

17 FALCÃO, Armando. **História do Chefe do P.T.B. no Ceará**, Carlos Jereissati, "O Imperador do Linho Roubado". Rio de Janeiro, 1954.

18 Pertencia a Bonaparte Pinheiro Maia que foi, junto com seu irmão Salomão, fundador de "O Jornal", órgão que circulou por algum tempo em Fortaleza. Também foi Deputado Federal pelo PTB cearense.

19 Diário do Congresso Nacional, 18 de fevereiro de 1954, seção 1, p. 741.

20 Diário do Congresso Nacional, 25 de fevereiro de 1954, seção 1, pp. 915-916.

21 Diário do Congresso Nacional, 18 de março de 1954, seção 1, p. 1.165.

22 Diário do Congresso Nacional, 23 de março de 1954, seção 1, pp. 1.240-1.241-1.242.

23 Diário do Congresso Nacional, 07 de abril de 1954, seção 1, pp. 1.524-1.525.

24 Diário do Congresso Nacional, 18 de maio de 1954, seção 1, p. 2.869.

[25] CAMPOS, Luiz. "Considerações": E as Comissões Parlamentares de Inquérito? In.: *Gazeta de Notícias*, 28 dez. 1954, p.3.

[26] CAMPOS, Luiz. "Considerações": A rapinagem faz ninho no Ceará. In.: *Gazeta de Notícias*, 30 jan. 1955, p.3.

[27] CAMPOS, Luiz. "Considerações": Desconsiderações. In.: *Gazeta de Notícias*, 12 mar. 1955, p.3.

[28] CAMPOS, Luiz. "Considerações": A Entrevista. In.: *Gazeta de Notícias*, 13 mar. 1955, p.3.

[29] CAMPOS, Luiz. "Considerações": O dever cívico do voto. In.: *Gazeta de Notícias*, 02 out. 1955, p. 3.

[30] CAMPOS, Luiz. "Considerações": Caso Pessoal, não. Questão moral! In.: *Gazeta de Notícias*, 11 out. 1955, p.1.

[31] Gazeta de Notícias, 25 out. 1955, p.1.

[32] Gazeta de Notícias, 25 out. 1955, p.1.

[33] CAMPOS, Luiz. "Considerações": Além de tudo, moleque! In.: *Gazeta de Notícias*, 25 out. 1955, p.1.

[34] Fundada em 14 de julho de 1925, era o órgão que aglutinava os jornalistas cearenses.

[35] Na ata da 67ª Sessão do 2º período ordinário de 1955, registra-se o pedido feito pelo vereador José Diogo.

[36] Ameaça de luta corporal ontem na Câmara Municipal entre vereadores. *O Unitário*, 25 out. 1955, p. 6.

[37] A nota da ABI é publicada na Gazeta de Notícias em 27 de outubro de 1955 e é assinada pelo então presidente da Associação, Herbert Moses.

[38] Gazeta de Notícias, 27 out. 1955, p. 3.

[39] Gazeta de Notícias, 25 de outubro 1955, p. 7.

[40] Telegrama de Armando Falcão. *Gazeta de Notícias*, 26 out. 1955, p.1.

[41] Gazeta de Notícias, 26 out. 1955, p.1.

[42] Diário do Congresso Nacional, 25 de outubro de 1955, seção 1, p. 7.816.

[43] Aqui, para reforçar a ideia de que a campanha contra Jereissati era uma bandeira do PSD cearense, registramos que na ata da 63ª sessão do 2º período ordinário de 1955, da Câmara Municipal, em 19 de outubro de 1955, o vereador José Diogo, na Ordem do Dia, procedeu à leitura do referido artigo de Luiz Campos, que causou toda esta celeuma. Mais uma vez, notamos que o partido, como um todo, estava mobilizado neste propósito de manchar a imagem do líder petebista.

[44] Ao Público. *Gazeta de Notícias*, 25 out. 1955, p.7.

[45] Idem.

[46] CAMPOS, Luiz. "Considerações": É muito cêdo ainda! In.**:** *Gazeta de Notícias*, 27 out. 1955, p.3.

[47] CAMPOS, Luiz. "Considerações": Abrigo – Assembléia do Povo. In.: *Gazeta de Notícias*, 1° jul. 1956, p.3.

[48] Regressou o jornalista Luiz Queiroz Campos. *Gazeta de Notícias*, 4 out. 1956, p.1.

[49] A Caixa Econômica Federal é um banco público brasileiro, fundado em 12 de janeiro de 1861, pelo Imperador Dom Pedro II. Disponível em <http://www.caixa.gov.br/acaixa/historia_missao.asp>. Acesso em 23 de setembro de 2010, 18h.

[50] Luiz Campos indicado por unanimidade para a vaga deixada por V. Linhares. *Gazeta de Notícias*, 7 out. 1956, p.1.

[51] Pág. 6, Seção 1. Diário Oficial da União, 20 de novembro de 1956.

[52] Entrevista com Luiz Queiroz Campos, realizada por Roberta Maia, em 14 de setembro de 2007, na Sede do IBEU: Instituto Brasil – Estados Unidos, no Bairro do Centro, em Fortaleza.

[53] Luis Campos considera quase certo seu afastamento da Caixa. *O Povo*, 19 jun. 1962, p.2.

[54] Luis Campos categórico**.** *Gazeta de Notícias*, 20 jun. 1962, p.4.

[55] Waldemar: Demissão é afronta. *Gazeta de Notícias*, 20 jun. 1962, p.3.

[56] Estudantes e operários fizeram seu protesto contra a demissão de Luiz. *Gazeta de Notícias*, 23 jun. 1962, p.3.

[57] Luiz Campos rejeitou a barganha. *Gazeta de Notícias*, 24 jun. 1962, p.4.

[58] Pág.6, Seção 1, Diário Oficial da União, 14 de agosto de 1962.